

A gestão participativa e o projeto político-pedagógico: Um exercício de autonomia

Resumo

O presente artigo percorre os caminhos da política educacional de gestão participativa nas escolas públicas, implantada com a gestão democrática a partir de 1995. Trata-se de um estudo sintético acerca da participação dos segmentos escolares na construção do Projeto Político-Pedagógico que deve ser consciente das transformações da realidade histórico, social e econômica no cenário da globalização, propondo um encaminhamento para suas orientações pedagógicas, de modo a realizar intervenções construtivas no processo de ensino e aprendizagem. Este texto defende a idéia de que o projeto-político pedagógico é peça fundamental na construção de uma escola verdadei-

ramente democrática voltada a formar cidadãos capazes de um envolvimento importante no quadro de mudanças sociais. A escola pública de ensino fundamental e médio deve não apenas dar condições para que os alunos exerçam uma profissão,

tendo um desempenho satisfatório. Em verdade, deve dar ao aluno a capacidade de identificar problemas relevantes à sua volta, avaliar diferentes posições quanto a esses problemas, conduzir sua postura de modo consciente e atuar junto à sociedade numa atitude positiva e propositiva caminhando para a sua transformação rumo a justiça social.

Palavras-chave: Reforma educacional. Gestão escolar. Gestão democrática. Autonomia Escolar. Projeto Político-Pedagógico

Elione Maria Nogueira Diógenes

Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará e professora da rede pública de ensino de Fortaleza
elionend@seduc.ce.gov.br

Maria Joyce Maia Costa Carneiro

Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará e orientadora da Célula de Central de Dados da Coordenadoria de Planejamento e Política Educacional - CEPLA/Secretaria da Educação Básica-SEDUC
joycemc@seduc.ce.gov.br

Participative management and the political-pedagogical project: An exercise of autonomy

Abstract

The present article covers the ways of the educational politics of participation management in public schools, implemented from 1995 with democratic management. It is a synthetic study of the participation of school segments in the construction of the Political-Pedagogical Project that must take into account the transformations of the historical, social and economic reality within the scenery of globalization, guiding its pedagogical orientation in order to carry through a constructive intervention in the process of education and learning. The text defends the idea that the Political-Pedagogical Project is a basic element to build a truly democratic school directed at the formation of capable citizens, with a significant involvement in social changes. Public school of basic and average education must not only make it possible for the students to acquire a profession, with a satisfactory performance, but it must enable them to identify problems, to evaluate different aspects of these problems, to assume a position in a conscientious way in order to act together with the society in positive attitude, contributing to its transformation aimed at social justice.

Keywords: Educational reforms. School management. Participative management. School autonomy. Political-Pedagogical Project.

La gestión participativa y el proyecto político-pedagógico: Un ejercicio de autonomía

Resumen

Este trabajo estudia los caminos de la política de gestión participativa en las escuelas públicas, implantada como parte de la gestión democrática a partir de 1995. El artículo analiza la participación de los actores escolares en la construcción del proyecto político-pedagógico, que debe estar consciente de los cambios históricos, sociales y económicos, en el escenario de la globalización. Este proyecto debe también proponer un encaminamiento para sus orientaciones pedagógicas, de manera a efectuar intervenciones constructivas en el proceso de enseñanza y aprendizaje. El trabajo considera que tal proyectos es una condición fundamental para la construcción de una escuela verdaderamente democrática, orientada a la formación de ciudadanos capaces de ejercer protagonismo en los cambios sociales. La escuela pública primaria y secundaria no debe solamente asegurar condiciones para que sus alumnos se preparen para el ejercicio de una función laboral, con satisfactorio desempeño. Su misión es la de ofrecer a los alumnos la capacidad de identificación de problemas relevantes a su alrededor, evaluar diferentes alternativas en relación a estos problemas, actuar concientemente y agir en la sociedade según actitudes positiva y propositiva, en favor del cambio y de la justicia sociales.

Palabras clave: Reformas educativas. Gestión de la escuela. Gestión participativa. Autonomía de la escuela. Proyecto político-pedagógico.

Introdução

Na década de 90, surgiram, no debate acerca das políticas públicas de educação, novos temas para a discussão a partir do reconhecimento dos inúmeros problemas educacionais que assolavam o ensino público brasileiro, em especial a educação pública cearense. A principal preocupação àquela época se deu em três vertentes: a universalização do ensino básico, a descentralização administrativa do ensino e a autonomia escolar via implantação da gestão democrática. O objetivo principal era a construção de uma escola de caráter democrático, que estimulasse a participação da comunidade em suas atividades e que ofertasse um ensino de qualidade, promovendo o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos.

Foi nesse contexto que se fortaleceu o debate sobre o Projeto-Político-Pedagógico, sinalizando para um esforço coletivo ímpar de transpor as barreiras e os entraves inviabilizadores da construção de uma escola pública preocupada com a formação para o exercício pleno da cidadania, como um instrumento real de transformação social, *locus* de aprendizagem, de convivência e de vivência, contrapondo-se ao modelo de política educacional gerador de desigualdades e de exclusão social que impera nas políticas educa-

cionais de inspiração neoliberal. Diante dessa realidade, este artigo tem como objetivo mostrar a importância do Projeto Político-Pedagógico na construção de uma escola em que a participação e a dialogicidade percorram todo o ato pedagógico, correspondendo aos anseios e necessidades de todos os que participam do cotidiano escolar.

A escola, a autonomia e o Projeto Político-Pedagógico

A civilização ocidental contemporânea tem vivido, ao longo de sua História, profundas transformações de caráter social, político e econômico. Esse cenário de transformações é marcado pelos pressupostos neoliberais e pela globalização da economia que têm norteado as políticas governamentais.

Essas transformações perpassaram todas as esferas de organização social e política, em particular a educação. No Brasil, no interior da reforma educacional dos anos 1990, ganharam forma os debates envolvendo as questões referentes ao Projeto Político Pedagógico das escolas públicas. A obrigatoriedade destes projetos torna-se patente a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº. 9.394/96 (BRASIL, 1996), porém isso não quer dizer que antes dessa lei os projetos pedagógicos fossem “a-políticos”, pois em verdade, toda a ação pedagógica é, também, um ato político. Entretanto, a formulação desses projetos se dava sem a participação dos atores envolvidos no ato educativo, sua implantação vinha de

“cima para baixo” e os envolvidos na ação educativa acabavam desconhecendo seu real sentido.

A novidade configurou-se na obrigatoriedade dos atores sociais no trabalho pedagógico da escola, desde o vigia aos professores, passando pela merendeira, pela direção e professores - todos os implicados na ação educativa deveriam ser estimulados a participar. Isso se intensificou mais e mais com a implantação da gestão democrática, especificamente no Ceará, em 1995.

Qual a necessidade do Projeto Político-Pedagógico - PPP para a escola pública cearense? O PPP é de vital relevância para as nossas escolas, pois, deverá refletir a sua visão de mundo, de sociedade, de cidadão atuante na sociedade. É importante enfatizar que nele deve estar clara a tendência de como se trabalha o conhecimento, bem como o viés político da instituição escolar que o elaborou. Por isso, o projeto pedagógico é uma proposta de educação cujo objetivo é desenhar o mapa condutor da educação que sonhamos, caracterizando-se como um instrumento de mediação na relação teoria-prática. Em suas fases de elaboração o PPP tem como pressuposto básico o conhecimento do contexto no qual estamos inseridos e este conhecimento não pode resultar de uma visão ingênua e idealista.

A construção teórica e prática de um projeto político pedagógico crítico, não

pode abrir mão da interrogação filosófica, pois exige o domínio de conhecimentos disciplinares e culturais, pedagógicos, didáticos e práticos. Essa construção deve ainda envolver um entendimento dos principais conceitos e categorias da globalização¹ e, por essa razão, é necessário que o corpo de profissionais de uma determinada instituição escolar tenha um conhecimento interdisciplinar dos conteúdos escolares, exigindo, também, o domínio da metodologia e um entendimento global do que vêm a ser as expressões ‘formação dos indivíduos’ e ‘cidadania’.

Por esses motivos pode-se dizer que a elaboração e a execução de um Projeto Político-Pedagógico é um trabalho complexo, que deve ser feito sem pressões e/ou imposições. Por sua vez, a construção das matrizes curriculares não pode ser iniciada sem que todos esses aspectos estejam claros e sejam de domínio da comunidade escolar, pois do contrário teremos excelentes finalidades descritas, mas no recôndito das salas de aula, outra pode ser a realidade efetivada em que a prática serve apenas para ativar o atual estado de crise da área educacional.

Precisamos atentar para o fato de que se desejamos indivíduos críticos, autônomos, participativos e transformadores, devemos orientar nossas teorias e ações educacionais pelo princípio da reflexividade, pois necessitamos com urgência de

¹ Leia-se mundialização do capital na perspectiva crítica de François Chesnais.

sistemas educacionais reais inseridos na realidade e capazes de influenciá-la substancialmente, estabelecendo uma estreita relação com os projetos educacionais.

Nesse contexto, tecem-se alguns questionamentos junto aos educadores e demais agentes educacionais: qual a função social da escola? Qual a melhor forma de organização do trabalho pedagógico?

A escola é a responsável pela promoção do desenvolvimento pleno do cidadão, no sentido holístico da palavra. Assim, cabe a ela decidir coletivamente qual o tipo de cidadão que deseja formar, de acordo com a sua concepção de sociedade. Cabe-lhe, também, a missão de demarcar as mudanças que julga necessário fazer nessa sociedade, através de sua inserção crítica e transformadora no mundo social, político e econômico.

Nesse sentido, é necessário que a escola se defina e atue orientada por um conceito de sociedade democrática, participativa, plural e socialmente justa. Delineada a sua postura com o envolvimento e a participação ativa de todos, a escola vai cogitar seu exercício educativo no sentido de formar cidadãos conscientes, capazes de compreender e criticar a realidade, pautando a sua atuação na busca da superação das desigualdades e do respeito ao ser humano.

Quando a escola se compromete

e se responsabiliza no sentido de transformação e na busca do desenvolvimento social, seus agentes profissionais devem empenhar-se na elaboração de uma proposta para a realização desse objetivo. Essa proposta ganha força na construção de um projeto político-pedagógico. O Projeto Político-Pedagógico ultrapassa a simples exigência burocrática dos órgãos centrais de educação de elaboração de planos que, muitas vezes, apenas se prestam para cumprir exigências administrativas.

Para Veiga (1995, p.27),

O projeto político-pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária.[...] Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Nessa ação de construção do PPP, as propostas educacionais já foram discutidas, elaboradas e/ou atualizadas.

Quanto às intenções e às finalidades que a escola pretende alcançar, a grande maioria da comunidade escolar já discutiu a fundamentação teórica e está concluindo as sugestões, as quais devem ter uma íntima relação com o da Instituição. Os professores estão cientes de que a necessidade de um projeto de educação, antes de ser institucional, deve ser do educador? Por sua vez, a instituição central de decisão reconhece que é no espaço das salas de aula que os professores darão vida ao PPP?

A comunidade escolar precisa ter a consciência de que um projeto pedagógico é um processo, é um sistema aberto, no qual a mudança, não a estagnação, é a sua principal característica, e que deve estar de acordo com a dinamicidade do contexto histórico para que essa dinamicidade não seja negada “nos” e “pelos” espaços educacionais com sérias consequências na formação dos indivíduos.

Assim sendo, o projeto político-pedagógico é o fruto da interação entre os objetivos e as prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. É, antes de tudo, um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, alunos, seus pais e a comunidade como um todo.

Essa prática de construção de um projeto deve estar amparada por con-

cepções teóricas sólidas e supõe o aperfeiçoamento e a formação de seus agentes. Só assim serão rompidas as resistências em relação a novas práticas educativas. Os agentes educativos devem se sentir atraídos por essa proposta, pois terão uma postura comprometida e responsável. Trata-se, portanto, da conquista coletiva de um espaço para o exercício da autonomia. Porém, cabe aqui perguntar: o que é autonomia? E o que significa a prática da autonomia no interior da escola?

A autonomia está relacionada segundo o Aurélio (FERREIRA, 1988, p. 75) com a “1. Faculdade de se governar por si mesmo. 2. Direito ou faculdade de se reger(uma nação) por leis próprias. 3. Liberdade ou independência moral ou intelectual”. Isto significa dizer que para alguém ser considerado autônomo ou para que uma instituição seja considerada autônoma é preciso: primeiro ter consciência do seu direito de autonomia; segundo, exercer a sua autonomia. Em outras palavras para que a escola seja realmente autônoma é necessário que ela seja um espaço democrático de direito e de fato e, não apenas, uma reprodutora e cumpridora das ordens e normas a ela impostas por órgãos centrais da educação. Além do mais, deve-se criar um espaço para a participação e reflexão coletivas sobre o papel da escola junto à comunidade em que está inserida.

Dessa forma, o PPP reflete a compreensão cada vez mais ampliada de proje-

to educativo como aparelho de autonomia e domínio do trabalho docente pelos profissionais da educação, com vistas à transformação de uma prática conservadora vigente no sistema público de ensino. A concepção de projeto político-pedagógico que defendemos vai ao encontro de uma perspectiva que o compreende como espaço legítimo de defesa e luta dos interesses reais da escola como uma instituição verdadeiramente autônoma. Por isso, a autonomia não pode ser decretada, ela tem que ser conquistada para estabelecer uma identidade própria da escola, na superação dos problemas da comunidade a que pertence e conhece bem mais do que o próprio sistema de ensino.

A autonomia, por sua vez, não pode nem deve ser confundida com 'isolacionismo', prática em que a escola se fecha para si e para o mundo social que a envolve e, muito menos, essa autonomia pode ser distorcida numa espécie de liberdade interminável, que transforma a escola num espaço destituído de qualquer controle externo e a serviço unicamente dos interesses escusos muitas vezes do diretor. Acima de tudo, a escola e os seus agentes não podem corromper o significado ético da autonomia reduzindo a instituição pública de ensino a um total descompromisso com os seus rumos.

Quando a escola assume interiormente a autonomia, implica que assumiu inteiramente a responsabilidade e o comprometimento com os organis-

mos colegiados que formam a escola: Conselho Escolar, Associação de Pais e Comunitários, Grêmio Estudantil, Congregação dos Professores entre outras, para que haja participação e compromisso de todos.

Em nossa reflexão, acreditamos que a escola, além de cumprir com a efetividade do processo ensino e aprendizagem, deve atuar frente às profundas desigualdades socioeconômicas, causa da exclusão social a que está submetida a grande maioria dos alunos da escola e uma parcela considerável da população.

Dessa forma, é necessário que a escola se mobilize no sentido de garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, lutando por uma formação cidadã em que este se reconheça transformador de sua própria realidade.

Uma escola autônoma não espera que soluções venham de forma vertical dos sistemas centrais de educação. Uma escola autônoma está preocupada com a construção de uma escola democrática e com participação de todos os seus agentes: professores, alunos, pais, funcionários e comunidade do entorno. Uma escola de direito e de fato, autônoma e democrática, assume uma postura 'guerreira' e coerente, cobrando dos órgãos dirigentes do sistema educacional a criação de dispositivos legais que sejam coerentes e justos, disponibilizando os recursos necessários à realização dos projetos em cada escola.

Se isso não acontece no seio da autonomia, se a escola não se posiciona de forma responsável e madura reconhecendo sua identidade, ela estará se negando a cumprir o seu papel que é o de lutar por uma sociedade mais justa, buscando a socialização do conhecimento e a qualidade do ensino público e gratuito. Para nós, a escola tem um papel bem mais amplo do que passar conteúdos. Porém, deve modificar a sua própria prática, muitas vezes fragmentada e individualista, reflexo da divisão social em que está inserida.

A política de autonomia escolar foi implantada no Brasil a partir da década de 1990 e, no Ceará, esse processo teve início com a política de gestão democrática da educação pública, que teve origem no ano de 1995 no segundo mandato do governador Tasso Jereissati. As principais alterações ocasionadas pelo processo de implantação da democracia na escola estão assim definidas no Plano de Desenvolvimento Sustentável – consolidando o novo Ceará – 1999/2002 (2002, p. 59):

As mudanças na gestão educacional permitiram êxitos na mobilização para a democratização do acesso à educação, entre os quais se destacam as criações de 21 Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação, a eleição de diretores de escola e a municipalização do ensino fundamental.

A mensagem que este documento transmite é a de que, com a implantação da gestão democrática, a política

pública de educação obteve consideráveis avanços, destacando-se dentre eles: a mobilização para a democratização do acesso à educação e a eleição de diretores da escola que permitiram uma ampla participação da comunidade.

O governo do Ceará assumiu como proposta de trabalho a efetivação de um ambiente democrático na escola, através da política educacional definida no documento *“Todos pela educação de qualidade para todos”* (CEARÁ, [2002?]), por meio da participação ativa dos segmentos escolares e com a implantação de Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis.

Conforme a política educacional cearense, o Conselho Escolar constitui-se num mecanismo de participação dos segmentos escolares eleitos pela comunidade escolar, enquanto o grêmio estudantil é uma entidade com uma historicidade remontando a década de 1930 que tem como finalidade defender os interesses estudantis (CEARÁ, 2002).

Entendemos, pois, que o modelo de gestão democrática adotada pela Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará - SEDUC, pressupõe a existência da participação e da autonomia manifestada numa gestão colegiada que tem como estrutura o Núcleo Gestor (diretor-geral; coordenador-pedagógico; coordenador administrativo-financeiro, coordenador escolar (gestão escolar) e secretário escolar). O Núcleo Gestor, juntamente com a comunidade

escolar, tem competência de executar a Política Educacional do Estado de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico - PPP, seu Plano de Desenvolvimento da Escola-PDE e seu Regimento Escolar-RE. Isso tudo, tendo em vista as diretrizes emanadas do órgão central de educação, a SEDUC.

A concepção que norteia a política é a idéia de um trabalho participativo e democrático, a fim de que a gestão democrática aconteça realmente de uma forma eficaz eficiente, em que o Conselho Escolar, como órgão coletivo de decisões e de análise dos problemas da escola contribua para que esta exerça a sua autonomia.

Em nosso trabalho, interessa-nos a relação entre a participação e a construção do PPP, numa perspectiva de fortalecimento da autonomia escolar. Reconhecemos que a concepção de gestão democrática e participativa foi de fundamental importância na Política *"Todos pela Educação de Qualidade para Todos"*, uma vez que se acreditava na possibilidade de um envolvimento profundo da comunidade com os destinos da escola pública, na qual fosse real a participação de todos, especialmente dos pais e dos alunos na resolução das dificuldades que a escola atravessa e dos graves obstáculos que perpassam o sistema de ensino público.

A participação tem sido estimulada, principalmente, por meio das eleições diretas para diretores escolares instituí-

das através da política de gestão democrática. Pesquisas apontam que o processo de eleições diretas é respaldado por todos os segmentos escolares, mas, por si só, não garante a participação de direito e de fato de todos os que fazem a escola. É bem verdade que o processo eleitoral para eleger dirigentes escolares inseriu a disputa política no interior da escola, substituindo o velho sistema clientelista e fisiologista de indicações de diretores pelos políticos locais, por uma consulta popular direta à comunidade escolar por meio das urnas.

No sentido legal, a dinâmica de implantação da gestão democrática para as escolas públicas originou-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988, dando assim um respaldo normativo para práticas já vivenciadas por administrações públicas estaduais e municipais, que de forma pioneira começaram a instaurar Conselhos Comunitários favorecendo a democratização da gestão a partir de 1980. Isso vem contribuindo, sobremaneira, para que a comunidade passe a assumir responsabilidades próprias do Estado e, conseqüentemente, diminuindo os encargos governamentais.

Outra via legal da gestão democrática foi a LDB nº. 9.394/96 que instituiu a descentralização administrativa do sistema de ensino público e a autonomia da escola, determinando a redistribuição e o compartilhamento de responsabilidades das três esferas de governo em relação ao sistema oficial de educação.

Além da gestão autônoma de recursos humanos e de recursos materiais e financeiros, caberiam às escolas a elaboração e a execução de sua proposta pedagógica, ou seja, o seu PPP, incluindo a autonomia do docente no planejamento e no cumprimento de seu plano de trabalho, bem como a adoção de medidas para a recuperação dos alunos de menor rendimento, favorecendo uma maior articulação entre escola, família e comunidade.

Percebemos que a lei se esforça para manter uma nova realidade na escola pública, contudo a materialização das condições concretas de trabalho pedagógico infelizmente não se tornou real, seja porque estamos atravessando sérios problemas financeiros, seja porque a escola ainda não amadureceu de todo, ou ainda, porque a sociedade civil não se engajou profundamente na relação interna da escola com o desenvolvimento da sua função social.

Ressaltamos ainda, no Artigo 15 da LDB (BRASIL, 1996), a autonomia pedagógica, administrativa e financeira das unidades escolares públicas de educação básica. A inclusão desse artigo na lei que rege a educação escolar brasileira não foi mero acaso; estudos e pesquisas realizados no Brasil indicam que as escolas que exercem controle direto sobre seus recursos apresentam, em geral, melhores resultados escolares.

Nesse sentido, o Ministério da Educação e diversas Secretarias de Educação vêm adotando políticas de repasse de re-

ursos financeiros direto às escolas. Partimos da premissa de que os diretores, professores e a comunidade escolar estão em melhores condições para definir as necessidades de sua escola, possibilitando uma agilidade nos processos e utilização mais eficientes dos recursos.

A intenção do Ministério da Educação é salutar, até porque quem sabe dos problemas e das dificuldades que as escolas vivenciam são aqueles que nela trabalham, vivem e se esforçam para mantê-la funcionando normalmente, apesar de toda a precariedade. Porém, é importante enfatizar que quando a comunidade escolar caminha ao lado do Núcleo Gestor, não somente nas tomadas de decisões, mas em qualquer aspecto que envolva a participação, torna-se mais fácil administrar, pois a responsabilidade é de todos os que interagem direta ou indiretamente no cotidiano escolar.

É nesse sentido que entendemos a importância da gestão democrática, pois tivemos a oportunidade de constatar que nas unidades escolares nas quais existe, de fato e de direito, uma convivência democrática permeada pela transparência ética e dialógica, a realidade escolar é discutida e debatida coletivamente e as resoluções são frutos do interesse da maioria organizada e não, de uma minoria detentora do poder hegemônico, numa perspectiva gramsciana, na qual o grupo dominante se mantém como tal, através da exploração, dominação e opressão aos demais grupos dominados.

Sob esse prisma, o Projeto Político-Pedagógico não pode ser encarado, apenas, como modismo ou exigência das instâncias centrais de decisão, mas, acima de tudo, como tomada de consciência por parte da escola, diante da sua missão e função social no atual contexto histórico em que vivemos. Nesse sentido, pensar um projeto de educação implica essencialmente pensar em termos de concepção e práxis a escola que queremos que, por sua vez, se relaciona com a concepção de homem e de sociedade que se pretende construir.

Nas últimas décadas do século XX, temos notado um corre-corre admirável por parte das escolas públicas e dos sistemas educacionais, na tentativa da elaboração de seus projetos político-pedagógicos. Os debates compreendem desde a importância de um projeto político-pedagógico com a identidade da escola, até mesmo a implantação da conhecida pedagogia de projetos, que foi redescoberta por alguns *experts* da educação que, a todo custo, procuram implantá-la com urgência, como se esta fosse a tábua de salvação da educação brasileira, tão castigada e assolada por tendências as mais diversas da sua prática pedagógica.

Defendemos que só a construção do PPP de forma amplamente participativa torna capaz a prática da autonomia na escola, pois as mudanças na educação dependem fundamentalmente de vontade política que caminha em três vertentes: a primeira diz respeito a as-

sumir a educação como prioridade nacional, em que os governos se comprometam com a sua manutenção e desenvolvimento de direito e de fato, dando-lhe sustentabilidade financeira.

A Segunda, está relacionada com a função social da escola, em que ela promova a efetividade do processo ensino e aprendizagem e a terceira concerne à profissionalização e à valorização, inclusive, financeira da classe docente desse País, pois só com professores qualificados e financeiramente bem pagos pode-se acreditar na qualidade tão falada e decantada aos quatro ventos na política educacional cearense. Se tivermos professores valorizados financeiramente e reconhecidos socialmente ficaria mais fácil exigir-lhes a vontade e o empenho, uma vez que sabemos que são, de fato, os professores os maiores responsáveis por, no dia-a-dia, colocar em prática os projetos e concepções de educação.

Queremos alertar de que não adianta nada idealizar o PPP no gabinete do diretor por alguns e não pelos professores, o que contribui para que tenhamos tantas propostas interessantes no papel, mas que, no fazer pedagógico, se mantêm a uma distância enorme do idealizado.

Houve um tempo em que as escolas públicas, num sentido amplo, e as autoridades governamentais, pouco se preocupavam com a existência de um projeto político pedagógico regendo a prática educacional no interior da

sala de aula. A verdade é que a educação sempre foi, ao longo do tempo, salvo raras exceções, um dos caminhos mais fáceis para se praticar os desvios de recursos para outros setores e, em muitos casos, para o enriquecimento ilícito, o que se configura como um caso de corrupção.

Com o PPP, ao menos se desenha na escola a sua missão e a sua função social de forma coletiva e isso significa dizer que o PPP é uma decisão política com eixo legal. Os educadores, como membros da instituição escolar, devem ter clara a sociedade que pretendem construir e como fazer isso, por meio da práxis diária do processo de formação do cidadão.

Nas pesquisas que realizamos constatamos que o PPP é, muitas vezes, uma peça decorativa. Percebemos, também, que mesmo quando há uma representação dos segmentos envolvida na sua elaboração, muitas vezes, a totalidade dos profissionais da escola não assume a sua execução no cotidiano. Isso é muito grave porque descaracteriza a sua missão, esvaziando o seu poder político e a sua capacidade de transformação do real.

Não adianta muito elaborar um PPP apenas porque está na moda ou porque é uma exigência dos órgãos centrais de decisão. Afinal, o PPP não pode se limitar a ser um pacote pronto de técnicas e métodos de ensino, reduzindo-se a um documento meramente técnico-burocrático. De fato, os atores

sociais da escola precisam desenvolver a criatividade e na prática recriar a sua própria emancipação pedagógica.

Ao atentar para as evidências da nossa pesquisa, vem-nos à mente um questionamento seriíssimo que vamos tentar responder no percurso deste artigo: os educadores e os dirigentes dos sistemas educacionais estão, de fato, conscientes acerca da necessidade de transformar a educação pública cearense em prol de uma sociedade mais justa e mais humana, ou estamos apenas produzindo um discurso que agrada às exigências legais e às prescrições definidas nos acordos internacionais?

Em verdade, a escola tem sido assolada com uma série de obrigações em termos de planejamento, dentre as quais podemos citar o Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE, o Regimento Interno - RI e o próprio Projeto Político-Pedagógico - PPP que é alvo de uma grande simpatia por parte dos profissionais da educação em geral. Contudo, a escola não pode assumir a postura de elaborar mais um projeto sem lhe dar consistência, sob pena de perpetuar as conhecidas e arcaicas práticas autoritárias, antidemocráticas, antiparticipativas e alienantes em seu interior reproduzida com indisfarçável cinismo nas relações de poder entre os diversos segmentos.

Acreditamos que a escola é produto da sociedade e, como tal, é formada dos saberes socialmente edificadas, em

que a economia, a cultura, a política, a religião e as demais dimensões da vida em civilização são subjetivamente apropriadas pelas pessoas interna e externamente. Dessa forma, só podemos pensar em mudanças a partir do envolvimento de todos os que estão articulados nesse contexto. Portanto, reiteramos que a participação dos alunos, dos professores e da comunidade, cujos nomes constam no PPP do papel, precisa ultrapassar a condição de figurante desse processo.

A participação de todos os segmentos da escola é parte imprescindível do processo de construção do pensar a educação e a escola, por meio da elaboração do PPP. Ou a escola assume, de coração, a mudança, a formação para a cidadania e para a democracia ou não passará de demagogia barata tudo o que se escreve no seu PPP eivado de termos libertários, mas sem conteúdo político.

Quando nos propomos a lançar uma reflexão sobre a questão da gestão participativa, da autonomia e do PPP, o que nos movia era o interesse de compreender como se dá o fortalecimento da autonomia e da participação por meio da construção do PPP no interior da escola.

Concordamos com Gadotti (2001) quando diz que o vocábulo “projeto” vem do verbo projetar, isso é o ato de lançar-se adiante, que sugere dinamidade, mobilidade e transformação.

Etimologicamente falando, a idéia de projeto que “vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projecere*, que significa lançar para diante” (VEIGA, 2001, p. 12). Podemos dizer, então, que o projeto é uma ponte entre dois tempos: o presente e o futuro que, por sua vez, remete a uma intenção do ser humano no sentido de resolver problemas, superar obstáculos e coletivamente socializar os conhecimentos.

Compreendendo o projeto como um ponto de intercessão entre o presente e o futuro, podemos afirmar também que ele implica em corte com o presente e na previsão para o futuro. Assim, quando a escola faz o seu PPP, está de um lado rompendo com uma prática não muito confortável e, muitas vezes, que até incomoda e se lançando a um futuro comprometido com uma mudança radical. Por isso que o PPP não pode ser feito em gabinete ou com apenas um ou dois participantes da escola, apassivados pelo poder autoritário do diretor. Portanto, antes de elaborar e executar o seu PPP, a escola não pode relegar uma reflexão séria sobre a intenção deste e ir além, envolvendo de forma total todos os segmentos, na discussão e elaboração desse seu projeto.

Quando o PPP é, de fato, construído pela comunidade, só quem ganha é a escola, pois fortalece a sua autonomia e a sua identidade. Com essa perspectiva, o projeto pedagógico ganha em consistência filosófica e em capacidade de mudança e não é encarado como

modismo ou como um mero documento exigido pela SEDUC que, com certeza, ficará engavetado no armário da sala de direção da escola. Em alguns depoimentos colhidos por nós, muitos professores confessaram que não tinham acesso ao PPP e que só sabiam de sua existência em época de eleições diretas para dirigentes escolares.

Esse tipo de situação acontece, porque não se tem consciência da força que o PPP traz consigo. De fato, ele transcende o mero 'esboçar' de metas e propostas ou os já 'batidos' planos de ensino com uma listagem de atividades diferenciadas, pois é um instrumento de trabalho que indica rumo, direção e construído com a participação de todos os profissionais e usuários da instituição.

Em verdade, a escola ainda não se deu conta da capacidade transformadora do PPP. Outra constatação de nosso trabalho foi que, muitas vezes, o PPP não é elaborado de fato pela comunidade escolar, mas 'encomendado', tendo como modelo o PPP de outras escolas. Esse tipo de postura gera primeiro, um distanciamento da comunidade das propostas estabelecidas no PPP; segundo um esvaziamento da identidade da escola, vez que ao adotar um PPP que não tem a sua 'cara', acaba por adotar a 'fisionomia' de uma outra escola, forçando uma homogeneização e padronização das unidades escolares.

Isso é muito grave, pois, nesse caso, o PPP perde a sua essência. Para que

esse tipo de coisa não aconteça (copiar o PPP de outras escolas), a escola e os seus agentes sociais precisam ter claro que o PPP tem duas dimensões, como explicita Veiga (1998): a política e a pedagógica. A sua configuração política está no fato de que gera compromisso político com a transformação social, portanto ele é político porque está envolvido com a formação do cidadão para a construção de uma nova sociedade: menos injusta e mais humana; menos competitiva e mais solidária, com menos exclusão e com mais inclusão social; enfim, uma sociedade com mais cidadania para todos e uma cidadania não apenas referida no papel, mas concreta.

A dimensão pedagógica do PPP diz respeito à definição das ações educativas da escola, em que se relaciona com a questão do currículo e dos conteúdos a serem trabalhados pelo corpo docente no sentido de efetivar a função social da escola, os seus propósitos e a sua intencionalidade. Realmente, a escola não pode dissociar essas duas dimensões, pois uma complementa e dá sentido à outra, vez que é na dimensão pedagógica que toma expressão a dimensão política. Em outras palavras, a dimensão política do PPP concretiza efetivamente na prática pedagógica porque é por meio dela que ocorre a materialidade das propostas desenhadas pela escola no seu PPP, ou seja, a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo.

Assim, entendemos que a construção de uma escola pública cearense de 'qualidade' e participativa, passa primeiro pelo fortalecimento dos mecanismos de participação da escola via Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, Associação de Pais e Comunitários e outros organismos legitimamente constituídos; segundo, pelo fortalecimento da autonomia escolar através da elaboração do Projeto Político Pedagógico, uma vez que envolve em sua elaboração um processo participativo de decisões; uma organização de trabalho pedagógico que considere os conflitos e as contradições e a explicitação dos princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade e na participação dos agentes sociais da escola num projeto comum e coletivo. Finalmente, o PPP contempla propostas explícitas que visam a superação dos problemas e dificuldades durante a sua execução efetivando o compromisso da escola com a formação do cidadão porque é produto da sua própria realidade.

Conclusão

Durante as pesquisas, percebemos que havia um sentimento de interesse generalizado sobre o PPP, por parte dos profissionais de educação. Consideramos isso importante, pois através desse interesse é possível conscientizar os

agentes sociais da escola no sentido de comprometê-los com a construção de um PPP, realmente identificado com a sua realidade, pois só dessa forma ele é exeqüível: quando nasce das necessidades reais da escola, prevendo as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação. Portanto, deve ser construído permanentemente, pois é processo e como tal, não está pronto e acabado, mas se refazendo continuamente num movimento dinâmico.

Não acreditamos nas mudanças da educação quando elas vêm de 'cima para baixo' no sentido vertical. Estudos indicam que a raiz das mudanças deve estar na escola, ou seja, quando os agentes sociais assumem a postura e a crença de que é necessário mudar e começam de sua própria realidade. Falar da construção do projeto pedagógico é reconhecer que a escola precisa de urgentes mudanças internas, que se processam em seu interior, vindas das salas de aula em que os professores, muitas vezes, impedem os alunos de exercer a sua cidadania quando lhes negam o direito de 'saber' passando pelas merendeiras que, quase sempre fazem uma 'merenda' destituída de cidadania até o núcleo gestor que 'amputa' a autonomia e a participação na escola quando 'encomendam' um PPP que nada tem a ver com a sua realidade.

Referências

- ANDRE, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. In: CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P. (Org.). *Ensinar a ensinar*. São Paulo: Pioneira, 2001.
- BOUTINET, J. *Antropologia do projeto*. 5. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002.
- BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Legislação*, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/fundef/Ftp/leg/lein9394.doc>>. Acesso em: 4 nov. 2004.
- CEARÁ. Governador (Tasso Ribeiro Jereissati, 1999-2002). *Consolidando o novo Ceará: Plano de Desenvolvimento Sustentável, 1999-2002*. Fortaleza: SEPLAN, 2000.
- _____. Secretaria de Educação Básica. *Todos pela educação de qualidade para todos*. Fortaleza, [2002?]. Disponível em: <<http://www.seduc.ce.gov.br/programas.asp>>. Acesso em: 15 ago. 2005.
- CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Coordenação. Plano de Desenvolvimento Sustentável 1999-2002. *Plano de governo*, Fortaleza, 2000. Disponível em: <<http://www.seplan.ce.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2005.
- FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio escolar de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Org.). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: Cortez, 1997.
- LIBANEO, J. C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.
- RESENDE, L. M. G.; VEIGA, I. P. A. (Org.). *Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico*. Campinas: Papirus, 1998.
- RIOS, T. A. Significados e pressupostos do projeto pedagógico. São Paulo: FDE, 1993. (Série Idéias; n. 15).

SAVIANI, D. *Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo*. Campinas: Autores Associados, 1994.

VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo*. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, I. P. A. (Org.). *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1998.

_____. (Org.). *Projeto político-pedagógico da escola*. Campinas: Papirus, 1995.

_____. (Org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.

Recebido em: 30/11/2004

Aprovado para publicação em: 03/06/2005